



Às nove horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA e ANTÔNIO JOSÉ**; ausências justificadas dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para composição de quorum, nos termos da alínea "b", inciso III do Artigo 72 do RI/TCM/Pa, bem como para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Art. 72 do RI/TCM/Pa. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação das Atas das Sessões nº's 067/14 e nº 068/2014. **LEITURA DO EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:** O Secretário Geral do TCM/PA, Sr. Robson Figueiredo do Carmo, proferiu a seguinte leitura em Plenário: "*O Diretor Geral do Conselho Nacional de Justiça encaminhou o ofício nº 358/DG, através do qual enviou uma cópia autenticada do termo de adesão ao termo de Cooperação Técnica nº 008/2014, celebrando entre o Conselho Nacional de Justiça e o TCM/PA*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 1370012010-00; Prefeitura Municipal de Marituba**; Prestação de Contas - 2010 – Contas Anuais de Governo; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Marituba a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto, nos termos do Artigo 25, III da Lei Complementar nº 84/12, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo descumprimento dos Artigos 19, III e 20, III, "b" da LRF, na forma do Artigo 282, I, "b" do RI/TCM; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1370012010-00; Prefeitura Municipal de Marituba**; Prestação de Contas - 2010 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com a aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura de Marituba, exercício de 2010, nos termos do Artigo 32, III, "c" da Lei Complementar nº 84/12, com o recolhimento aos Cofres



Municipais no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), correspondente a falta de prestação de contas de suprimento de fundos, objeto da Portaria nº 18/2010; R\$-14.860,80 (quatorze mil, oitocentos e sessenta reais e oitenta centavos) (10% dos vencimentos anuais do Ordenador), pela remessa extemporânea do Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre (310 dias), nos termos do Artigo 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP, as seguintes multas: R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela não remessa de Contratos, Convênios e Termos Aditivos, na forma do Artigo 284, § 1º do RI/TCM/PA; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), face a realização de obras por empresas não habilitadas, processos licitatórios incompletos, modalidade de licitação incompatível com o total da despesa realizada, nos termos do Artigo 282, I, "b" do RI/TCM/PA; R\$-3.000,00 (três mil reais), correspondente a obrigações patronais não apropriadas e contribuições previdenciárias não recolhidas dentro do exercício, conforme Artigo 282, I, "b" do RI/TCM/PA; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1030012011-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Prestação de Contas - 2011 – Contas Anuais de Governo; Responsável: Luiz Cláudio Teixeira Barroso; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de São João de Pirabas a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de Luiz Cláudio Teixeira Barroso, nos termos do Artigo 25, III da Lei Complementar nº 84/12, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multas nos seguintes valores: R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela abertura de créditos suplementares superior ao limite previsto no orçamento e despesa realizada superior à autorização legal; e R\$-3.000,00 (três mil reais), face o descumprimento do Artigo 20, III, "b" da LRF, na forma do Artigo 282, I, "b" do RI/TCM; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1030012011-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Prestação de Contas - 2011 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Luiz Cláudio Teixeira Barroso; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "voto pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2011, de responsabilidade de Luiz Cláudio Teixeira Barroso, nos termos do Artigo 32, III, "b" e "c" da Lei Complementar nº 84/12, com recolhimentos aos Cofres Municipais dos seguintes valores: R\$-7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais), correspondente a 20% dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 5º I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; - R\$-370.974,05 (trezentos e setenta mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinco centavos), correspondente a despesas sem comprovação. Ao FUMREAP - Multa de R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pelo envio intempestivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do 2º e 3º quadrimestres, dos Relatórios da execução Orçamentária - 1º e 6º bimestres e do Balanço Geral, na forma do Artigo 284, IV do RI/TCM. - multa de R\$-10.000,00 (dez mil reais), face a ausência de processos licitatórios e



82 R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das totalidades das contribuições retidas, nos termos  
83 do Artigo 282, I, "b", do RI/TCM. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** o  
84 Conselheiro Daniel Lavareda e o Auditor convocado Sérgio Dantas acompanharam o Conselheiro  
85 Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou o Relator, porém divergiu do  
86 percentual da multa referente a remessa intempestiva do RGF, imputando em 30%. A Presidência  
87 proclamou a Decisão: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de  
88 Gestão da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2011, de responsabilidade de  
89 Luiz Cláudio Teixeira Barroso, nos termos do Artigo 32, III, "b" e "c" da Lei Complementar nº 84/12,  
90 com recolhimentos ao FUMREAP de multas nos valores de: R\$-4.000,00 (quatro mil reais), pelo  
91 envio intempestivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias do 2º e 3º quadrimestres, dos Relatórios da  
92 Execução Orçamentária (1º e 6º bimestres) e do Balanço Geral, na forma do Artigo 284, IV do  
93 RI/TCM; R\$-10.000,00 (dez mil reais), face a ausência de processos licitatórios; e R\$-2.000,00 (dois  
94 mil reais), pelo não repasse ao INSS das totalidades das contribuições retidas, nos termos do Artigo  
95 282, I, "b", do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; bem como recolhimentos aos  
96 Cofres Municipais dos seguintes valores: R\$-370.974,05 (trezentos e setenta mil, novecentos e  
97 setenta e quatro reais e cinco centavos), correspondente a despesas sem comprovação; multa pela  
98 remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 5º I, § 1º da Lei nº  
99 10.028/2000; **por maioria**, no percentual de 20% dos vencimentos anuais do Ordenador, o que  
100 corresponde a R\$-7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais). Vencido o Conselheiro José Carlos  
101 Araújo quanto a divergência no percentual da multa referente a remessa intempestiva do RGF.  
102 **Processo nº 320022010-00; Câmara Municipal de Igarapé-Açu; Prestação de Contas 2010;**  
103 **Responsável: Luiz Gilmar Lima da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**  
104 **Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo  
105 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
106 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu  
107 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não  
108 aprovação das contas da Câmara Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2010, com recolhimento  
109 aos Cofres do Município, no prazo de sessenta (60) dias, devidamente atualizada, da quantia de R\$-  
110 21.417,60 (vinte e um mil, quatrocentos e dezessete reais, e sessenta centavos), paga  
111 indevidamente ao Presidente da Câmara, além da multa prevista no Art. 5º, I, § 1º, da Lei nº  
112 10.028/2000 no valor de R\$-19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), pelo atraso da remessa  
113 dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º ao 3º quadrimestres; ao FUMREAP recolher as seguintes  
114 multas: R\$-14.000,00 (quatorze mil reais), pela ausência de processo licitatório relativo ao credor GB  
115 GIBEMIL – Com. Serv. Eng. E Proj. Ltda; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa da prestação  
116 de contas do 1º ao 3º quadrimestres fora do prazo; R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela não  
117 apropriação dos encargos patronais do exercício; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.  
118 **Processo nº 1030022010-00; Câmara Municipal de São João de Pirabas; Prestação de**  
119 **Contas 2010; Responsável: Jorge Maurício da Silva Ramos (01/01 a 08/06) e Amarildo de Jesus**  
120 **Ferreira Pereira (09/06 a 31/12); Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria**  
121 **Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental,



o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Sr. Jorge Maurício da Silva Ramos e pela não aprovação das contas de responsabilidade do Sr. Amarildo de Jesus Ferreira Pereira. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas do Sr. Jorge Maurício da Silva Ramos, que presidiu a Câmara Municipal de São João de Pirabas, no período de 01.01.2010 a 08.06.2010, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-135.613,30 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e treze reais e trinta centavos); pela não aprovação das contas do Sr. Amarildo de Jesus Ferreira Pereira, Presidente da Câmara no período de 09.06.2010 a 31.12.2010, com recolhimento aos Cofres Municipais no valor de R\$-189.129,04 (cento e oitenta e nove mil, cento e vinte e nove reais e quatro centavos), pela conta "Agente Ordenador"; R\$-42.757,03 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e três centavos), pelas despesas não comprovadas com a reforma da Câmara; R\$-7.373,14 (sete mil, trezentos e setenta e três reais, e quatorze centavos), pela não comprovação do recolhimento do valor ao INSS; Irregularidades nos seguintes processos licitatórios: Tapajós e Santos Ltda-ME (reforma do prédio da Câmara – R\$-42.757,03 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais, e três reais); R.E. Comércio e Serviços Ltda (material de expediente – R\$-29.147,00 (vinte e nove mil, cento e quarenta e sete reais); Antonio Rodrigues da Silva (material de higiene e limpeza – R\$ 28.192,00 (vinte e oito mil, cento e noventa e dois reais); Ernesto Maia Souza Filho (serviços gráficos – R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); A.S.G. Castro (serviços de publicidade – R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais); ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, as seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas (Art. 282, I, "b", do RI/TCM); - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo descumprimento do Art. 43, da LC nº 101/00 e § 3º do Art. 164 da CF, vez que as disponibilidades de caixa não foram depositadas em instituições financeiras oficiais (Art. 282, I, "b", do RI/TCM).; R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pelas irregularidades nos processos licitatórios (Art. 282, I, "b", do RI/TCM); cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 104482008-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aveiro; Prestação de Contas 2008; Responsável: Maria Gorete Dantas Xavier; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aveiro, exercício de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-57.970,83 (cinquenta e sete mil, novecentos e setenta reais e oitenta e três centavos). **Processo nº 320062012-00; Fundo Municipal de Educação de Igarapé-Açu; Prestação de Contas 2008 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a





**Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Igarapé-Açu, exercício de 2012, com o recolhimento do FUMREAP, de multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM. **Processo nº 722152010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santarém Novo; Prestação de Contas 2010 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sei Ohaze; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santarém Novo, exercício de 2010, de responsabilidade de Sei Ohaze, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta (30) dias, de multa no valor de R\$-3.000,00 (três mil reais), pelo atraso no envio da prestação de contas do 3º quadrimestre, não repasse ao INSS das contribuições retidas e ausência do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social. **Processo nº 640042011-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rondon do Pará - SAAE; Prestação de Contas 2011; Responsável: Maria de Lourdes Almeida Chaves; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de Rondon do Pará, exercício de 2011, de responsabilidade da Sra. Maria de Lourdes Almeida Chaves, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 146002013-00; Auditoria Geral do Município de Belém; Prestação de Contas 2013 - Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sérgio de Amorim Figueiredo; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Auditoria Geral do Município de Belém, exercício de 2013, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 200804649-00; Fundação Criança Feliz; Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2008, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Nilda Maria Paula Neves; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de pauta. **Processo nº 200912429-00; Centro Comunitário São Francisco de Assis; Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 032/2009, celebrado com a SEMEC/PMB; Responsável: Maria José Simões; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão.** Retirado de pauta. **Processo nº 201317897-00; Associação Carnavalesca Cacareco; Prestação de Contas do Segundo Termo**



Aditivo ao Convênio nº 027/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Marcos Benício Martins da Silva; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 201321776-00; Associação das Mulheres Unificadas de Belém e Região Metropolitana;** Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 051/2013, celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Adair Cristina Freitas dos Santos; Instrução: 1º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. **Processo nº 201318870-00; Liga Carnavalesca e Cultural da Ilha de Cotijuba;** Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 021/2013, Celebrado com a FUMBEL/PMB; Responsável: Sérgio dos Anjos Santana; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 201306572-00; Liga dos Blocos e Escolas de Samba de Icoaraci - LIBESI;** Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 005/2013, Celebrado com a FUMBEL/PMB ; Responsável: Roberto de Souza Macedo; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de pauta. **Processo nº 201400900-00; Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba Aquarela Brasileira;** Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 038/2013, Celebrado com a FUMBEL/PMB ; Responsável: José Maria de Lima Pacheco; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Sérgio Leão. Retirado de Pauta. **Processo nº 201304584-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 0267/13, de 25.02.2013; Interessada: Vera Alice Marcelino Brito; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0267/2013 – GP/IPAMB, de 25.02.2013, do Presidente Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede aposentadoria a servidora Vera Alice Marcelino Brito, com o provento discriminado no Ato. **Processo nº 201306066-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 0431/13, de 27.03.2013; Interessada: Elza Cristina Oliveira Gomes; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0431/2013 – GP/IPAMB, de 27.03.2013, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que concede aposentadoria a servidora Elza Cristina Oliveira Gomes, com provento discriminado no Ato. **Processo nº 201304805-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 0321/2003, de 08.03.2013; Interessado: Braz Damasceno (companheiro) da servidora Maria do Socorro Freitas da Silva; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A



Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0321/2013-GP/IPAMB, de 08.03.2013, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede pensão por morte da servidora em atividade Maria do Socorro Freitas da Silva à Braz Damasceno (companheiro), com provento mensal no valor de R\$- 813,60 (oitocentos e treze reais e sessenta centavos). **Processo nº 201301209-00; IPAMB/PMB; Pensão – Portaria nº 1721/2012, de 26.12.2012; Interessada: Maria dos Anjos Vieira Baia Barbosa; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201216459-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 139/2012; Interessada: Maria do Socorro Oliveira Carvalho; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 201216462-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 138/2012; Interessada: Maria do Rozário Fontoura da Rocha; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 201218048-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 152/2012 de 31.10.2012; Interessada: Elcir César Gusmão; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 201218049-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 0153/2012 de 31.10.2012; Interessada: Dária Ramos Barata; Ministério Público: Procuradora: Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 201303919-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua; Aposentadoria – Portaria nº 033/2013 de 01.03.2013; Interessada: João Martins Teixeira; Ministério Público: Procuradora: Maria Regina da Cunha; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **Processo nº 201109759-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curralinho; Aposentadoria – Portaria nº 07 de 24.04.2011; Interessada: Leônidas Rodrigues de Freitas; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares).** Retirado de pauta. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** o Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para solicitar a reabertura da instrução dos seguintes processos, em razão de nova documentação apresentada: Processo nº 080022005-00 (Câmara Municipal de Ananindeua – exercício de 2005) e nº 030012007-00 (Câmara Municipal de Afuá – exercício de 2007). A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a reabertura solicitada.

**DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**



282 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às nove horas e cinquenta e cinco  
283 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

284 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezesseis de dezembro  
285 de dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão